

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE
2015**

DENOMINAÇÃO: ASMAN
Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova

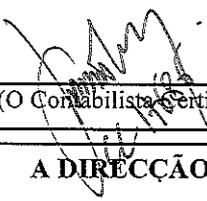
MORADA: Rua Heróis do Ultramar, s/n

LOCALIDADE: Gueifães

FREGUESIA: Gueifães

CONCELHO: Maia

COD. POSTAL: 4470-057



(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Gueifães _____ , _____

Gueifães _____ , _____

ASSINATURAS: _____

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2 039 676,20	1 785 710,46
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	13.1	996,76	141,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		2 040 672,96	1 785 852,10
Activo corrente			
Inventários	8	9 463,93	522,28
Clientes	13.2	1 755,09	1 173,96
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.8	18 915,41	125 629,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	13.3	64 823,74	238 313,69
Diferimentos	13.4	6 639,44	4 317,97
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	13.5	239 762,31	87 198,48
		341 359,92	457 156,05
Total do activo		2 382 032,88	2 243 008,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.6	2 239,65	2 239,65
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.6	-19 978,03	-21 605,48
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	1 333 807,31	1 354 297,09
		1 316 068,93	1 334 931,26
Resultado líquido do período		100 323,69	1 627,45
Total do fundo de capital		1 416 392,62	1 336 558,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	800 582,89	340 000,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		800 582,89	340 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	11 883,65	776,10
Adiantamentos de Clientes	13.2	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.8	27 999,39	18 915,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	50 000,00
Diferimentos	13.4	16 295,02	0,00
Outras contas a pagar	13.9	108 879,31	496 757,74
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		165 057,37	566 449,44
Total do passivo		965 640,26	906 449,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 382 032,88	2 243 008,15

A Direção

Contabilista Certificado

ASSOC. SOLID. SOC. MOUTAAZENHA NOVA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 502981482

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	9	186.710,17	70.433,71
Subsídios, doações e legados à exploração	13.10	868.465,97	540.697,01
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	12.817,08	7.370,17
Fornecimentos e serviços externos	13.11	205.575,91	94.293,32
Gastos com o pessoal	11	668.783,44	466.997,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	13.12	98,87	1,33
Outros rendimentos e ganhos	13.13	21.081,25	1.412,83
Outros gastos e perdas	13.14	36.165,72	39.876,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		153.014,11	4.007,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	42.229,10	2.377,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		110.785,01	1.629,97
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	13.15	10.461,32	2,52
Resultados antes de impostos		100.323,69	1.627,45
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		100.323,69	1.627,45

A Direção

Contabilista Certificado



Entidade: ASMAN - ASSOC. SOLID. SOC. MOUTA AZENHA NOVA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 502981482

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré-Escolar	CATL	CAFAP	RSI	Creche	Centro de Dia	Serviço Apoio Domiciliário	PERÍODOS	
									2015	2014
Vendas e serviços prestados	9	38 476,13	45 453,39	432,68	430,18	40 555,23	39 226,46	22 136,10	186 710,17	70 433,71
Custo das vendas e dos serviços prestados		-118 122,95	-60 182,65	-66 846,34	-258 184,25	-90 654,34	-80 442,41	-58 035,63	-732 468,57	-485 131,21
Resultado Bruto		-79 646,82	-14 729,26	-66 413,66	-257 754,07	-50 099,11	-41 215,95	-35 899,53	-545 758,40	-414 697,50
Outros Rendimentos		105 296,52	36 290,49	96 406,56	301 404,12	154 048,91	87 362,64	108 836,85	889 646,09	542 111,17
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos		-29 443,94	-22 080,75	-11 643,41	-25 184,74	-42 414,92	-41 387,76	-26 206,97	-198 362,49	-86 572,61
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos		-633,51	-661,48	-14 897,38	-14 829,78	-1 277,30	-1 197,18	-1 243,56	-34 740,19	-39 211,09
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		-4 427,75	-1 181,00	3 452,11	3 635,53	60 257,58	3 561,75	45 486,79	110 785,01	1 629,97
Gastos de financiamento (líquidos)	13.15	-223,71	-223,67	-221,46	-221,46	-3 828,42	-3 828,42	-1 914,18	-10 461,32	-2,52
Resultado antes de impostos		-4 651,46	-1 404,67	3 230,65	3 414,07	56 429,16	-266,67	43 572,61	100 323,69	1 627,45
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-4 651,46	-1 404,67	3 230,65	3 414,07	56 429,16	-266,67	43 572,61	100 323,69	1 627,45

A Direção

O Contabilista Certificado

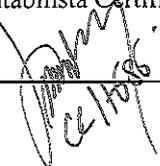
ASSOC. SOLID. SOC. MOUTA AZENHA NOVA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		194 582,51	70 414,18
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-292 657,78	-70 834,23
Pagamentos ao pessoal		-627 166,88	-430 736,72
Caixa gerada pelas operações		-725 242,15	-431 156,77
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		917 034,86	498 854,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		191 792,71	67 697,24
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-636 383,54	-626 026,57
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-756,25	-140,31
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		195 349,34	413 376,17
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-441 790,45	-212 790,71
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		479 578,95	50 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		5 180,44	2 417,44
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-68 480,15	0,00
Juros e gastos similares		-13 717,67	-14 657,83
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-6 385,78
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		402 561,57	31 373,83
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		152 563,83	-113 719,64
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		87 198,48	200 918,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.5	239 762,31	87 198,48

A Direcção

O Contabilista Certificado



ASMAN

Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova

Anexo às Demonstrações Financeiras

2015

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
6	Ativos Intangíveis	9
7	Custos de Empréstimos Obtidos	10
8	Inventários	11
9	Rédito	11
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
11	Benefícios dos empregados	12
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
13	Outras Informações.....	12
13.1	Investimentos Financeiros.....	12
13.2	Clientes e Utentes	13
13.3	Outras contas a receber.....	13
13.4	Diferimentos	13
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	13
13.6	Fundos Patrimoniais.....	13
13.7	Fornecedores	14
13.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
13.9	Outras Contas a Pagar.....	14
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
13.11	Fornecimentos e serviços externos.....	15
13.12	Aumentos / reduções de justo valor.....	15
13.13	Outros rendimentos e ganhos	15
13.14	Outros gastos e perdas	15
13.15	Resultados Financeiros.....	16
13.16	Outras Informações relevantes.....	16
13.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A “ASMAN – Associação Solidariedade Social Mouta Azenha Nova” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 220 , III Série de 22-09-1994, com sede na Rua Heróis do Ultramar s/n, Gueifães, Maia . Tem por fim a promoção da melhoria da qualidade de vida das crianças, jovens, famílias e idosos e o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, prosseguindo como principais objetivos:

- Criar estruturas e valências que permitam dar respostas às necessidades da população alvo e diagnosticar as situações socialmente graves;
- Apoiar e acompanhar todas as crianças e jovens, nomeadamente as crianças com necessidades educativas especiais e respetivas famílias;
- Apoiar e favorecer a integração social e comunitária;
- Proteger os cidadãos na velhice e invalidez em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade de trabalho.
- Promover e proteger a saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Promover a educação e formação profissional dos cidadãos;
- Facilitar a resolução dos problemas habitacionais das populações.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro devido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização

durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Terreno	359.670,00				359.670,00
Edifício	49.879,79			1.450.517,39	1.500.397,18
Equipamento Básico	27.571,90	83.060,00			110.631,90
Equipamento de Transporte	66.528,73	81.754,49			148.283,22
Equipamento Administrativo	42.918,98				42.918,98
Investimentos em curso	1.390.863,91	131.380,35		-1.450.517,39	71.726,87
Ativo Tangível Bruto	1.937.433,31	296.194,84	0,00	0,00	2.233.628,15
Depreciações Acumuladas					
Edifício	14.964,00	22.755,36			37.719,36
Equipamento Básico	27.349,28	10.566,93			37.916,21
Equipamento de Transporte	66.528,73	8.887,72			75.416,45
Equipamento Administrativo	42.880,84	19,09			42.899,93
Depreciações Acumuladas	151.722,85	42.229,10	0,00	0,00	193.951,95
Ativo Tangível Líquido	1.785.710,46	253.965,74	0,00	0,00	2.039.676,20

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os

abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2014	Adições	Abate	Transferência	31-12-2015
Programas de Computador	3.297,35				3.297,35
Ativo Intangível Bruto	3.297,35	0,00	0,00	0,00	3.297,35
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	3.297,35				3.297,35
Amortizações Acumuladas	3.297,35	0,00	0,00	0,00	3.297,35
Ativo Tangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Neste caso, até abril, foram capitalizados na rubrica «Investimentos em curso» (ver nota 3.2.7).

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	340.000,00	390.000,00	50.000,00	340.000,00	390.000,00
FRSS	0,00	406.814,92	406.814,92	0,00	0,00	0,00
Mercedes Financiamento	0,00	53.767,97	53.767,97	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	800.582,89	800.582,89	50.000,00	340.000,00	390.000,00

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Montepio	0,00	12.827,37	12.827,37	0,00	13.777,06	13.777,06
CGD	50.000,00	885,86	50.885,86	0,00	878,25	878,25
Mercedes Financiamento	18.996,06	0,00	18.996,06	0,00	0,00	0,00
Total	68.996,06	13.713,23	82.709,29	0,00	14.655,31	14.655,31

Em Dezembro de 2014, através de aditamento ao contrato, foram alteradas as condições de reembolso do empréstimo do Montepio. O prazo contratual passou para 124 meses (eram 82) e o período de carência de capital de 22 para 40 meses.

Foi atribuído à instituição um apoio financeiro do FRSS (ver nota 10).

A entidade adquiriu quatro viaturas novas, através da Mercedes Financiamento, a pagar em 48 mensalidades sem juros.

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2015	31-12-2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.463,93	522,28
Total	9.463,93	522,28

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2015	2014
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	522,28	532,96
Compras	15.246,32	3.085,08
Doações	6.512,41	4.274,41
Saldo Final	9.463,93	522,28
Gastos do Período	12.817,08	7.370,17

9 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	2015	2014
Prestação de Serviços	186 710,17	70 433,71
Quotas do Utilizadores (mensalidades)	184 379,17	68 566,21
Quotas e Jóias	2 331,00	1 867,50
Outros Rendimentos e Ganhos	8,58	300,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	8,58	0,00
Outros	0,00	300,00
Total	186 718,75	70 733,71

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	2015				2014		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	686.707,06		786.302,76	702.463,74		487.498,01
IEFP	Não Reembolsável			52.744,17			8.237,84
C.M. Maia	Não Reembolsável	622.871,01		4.364,13	627.973,36		738,22
Total		1.309.578,07	0,00	843.411,06	1.330.437,10	0,00	496.474,07

No âmbito do protocolo de constituição de uma linha de crédito de apoio à economia social entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, a CNIS e a Caixa Económica Montepio Geral, a ASMAN contraiu um empréstimo em 2012, com taxa de juro bonificada, para financiamento da construção do novo edifício.

Para concluir o edifício e permitir o funcionamento das respostas sociais instaladas, em 2015 a entidade candidatou-se ao FRSS – Fundo Reestruturação do Setor Solidário, tendo sido atribuído um apoio financeiro, sem juros, no montante de 406.814,92€ a ser reembolsado em quatro anos.

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram de “11”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2014 foi de “28” e em 2015 de “52”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	18.000,00	18.000,00
Remunerações ao pessoal	487.485,02	357.700,74
Indemnizações	0,00	1.086,36
Encargos sobre as Remunerações	104.262,60	74.229,69
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.511,11	2.111,35
Outros Gastos com o Pessoal	3.155,78	1.325,41
Iefp – Estágios e Cei	52.368,93	12.543,91
Total	668.783,44	466.997,46

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	996,76	141,64
Total	996,76	141,64

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	1.755,09	1.173,96
Total	1.755,09	1.173,96

13.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Outros Devedores	3.093,00	2.148,00
Estado e outros Entes Públicos		
ISS – PARES - Edifício	40.223,40	165.709,27
CM Maia - Edifício	0,00	69.863,47
lefp	21.507,34	592,95
Total	64.823,74	238.313,69

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6.281,27	4.048,98
Outros gastos	358,17	268,99
Total	6.639,44	4.317,97
Rendimentos a Reconhecer		
lefp – Estágios profissionais	16.295,02	0,00
Total	16.295,02	0,00

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	1.061,21	1.094,57
Depósitos à ordem	238.701,10	86.103,91
Total	239.762,31	87.198,48

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.239,65	0,00	0,00	2.239,65
Resultados transitados	-21.605,48	1.627,45	0,00	-19.978,03
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.354.297,09	0,00	-20.489,78	1.333.807,31
Total	1.334.931,26	1.627,45	-20.489,78	1.316.068,93

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	11.883,65	776,10
Total	11.883,65	776,10

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	18.915,41	125.629,67
Total	18.915,41	125.629,67
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6.877,27	6.192,50
Segurança Social	20.942,07	12.723,10
Fundos de Compensação do Trabalho	180,05	0,00
Total	27.999,39	18.915,60

13.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		5.216,60		436.118,05
Credores por acréscimo de gastos		103.534,50		60.631,93
Outros credores		128,21		7,76
Total	0,00	108.879,31	0,00	496.757,74

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	823.290,25	495.735,85
Doações (donativos dinheiro e espécie)	45.175,72	44.961,16
Total	868.465,97	540.697,01

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos - Gertal	50.868,05	10.763,58
Serviços especializados	47.316,56	36.231,24
Materiais	9.950,29	3.123,02
Energia e fluidos	35.476,32	15.327,52
Deslocações, estadas e transportes	9.479,04	2.309,19
Serviços diversos	41.458,17	21.968,22
Encargos com utentes	11.027,48	4.570,55
Total	205.575,91	94.293,32

13.12 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2015 e 2014 ganhos por aumento do “justo valor” no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2015	2014
FCT – Fundo Compensação Trabalho	98,87	1,33
Total	98,87	1,33

13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Correções períodos anteriores	0,00	374,61
Descontos pronto pagamento	8,58	0,00
Imputação subsídios para investimento	20.489,78	738,22
Injunções Tribunal	0,00	150,00
Indemnização Seguro	0,00	150,00
Restituição Iva	582,89	0,00
Total	21.081,25	1.412,83

13.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	5.121,21	4.846,93
Dívidas incobráveis (utentes)	1.425,53	665,69
Correções exercícios anteriores	268,38	0,00
Quotizações	310,00	310,00
Fundo Reestruturação Setor Solidário	387,63	136,83
Outros Gastos e Perdas	151,25	0,11
Donativos – Cabazes e vestuário	28.501,72	33.917,22
Total	36.165,72	39.876,78

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	10.461,32	2,52
Total	10.461,32	2,52
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-10.461,32	-2,52

13.16 Outras Informações relevantes

As valências estão a funcionar em instalações cedidas gratuitamente pela Câmara Municipal da Maia e pela Coopermaia.

13.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Gueifães, 31 de Dezembro de 2015

O Contabilista Certificado

A Direção